

Banqueiros europeus dão pouco crédito ao Brasil

William Waack

FOSSEM os banqueiros alemães wagnerianos convictos, deveriam agora estar ouvindo os acordos que acompanham o crepúsculo dos deuses e a destruição do Walhalla. Como se trata de seres racionais e treinados para não conhecer emoções, continuam lidando com a ascensão e queda do Brasil no mercado financeiro internacional sem dramaticidade: O *Titanic* é insubmersível, garantiam os técnicos. O Brasil também, dizem os banqueiros europeus. Embora um deles tivesse tido a idéia, pouco original, de comparar as necessidades brasileiras em recursos externos a um barril sem fundo, nenhum acha que o maior país sul-americano poderia ser declarado *falido*.

Não se trata tanto do velho argumento de que a *falência* prejudicará em primeiro lugar aos próprios banqueiros (além de uma boa parcela da população brasileira, que normalmente não faz parte do cálculos dos financistas internacionais). Os europeus, quando é chegada a hora do perigo, apóiam-se nos Estados Unidos, de quem esperam agora a salvação. Para alemães, ingleses e franceses, além de suíços e italianos, parece neste momento que o Brasil pertence ao que se convencionou chamar de quintal dos americanos (ou jardim, como prefere o Presidente Reagan). Desde os primeiros árduos momentos da renegociação da dívida externa brasileira, os europeus não se cansaram de dizer que os bancos americanos, por serem os principais envolvidos, é que deveriam também arcar com os maiores sacrifícios.

Houve até mesmo quem acreditasse em trocas de golpes internacionais, quando os quatro projetos da renegociação apresentaram vazamentos, em parte devido à compreensível relutância dos bancos menores em enterrar-se ainda mais nas areias movediças da dívida externa brasileira. Os bancos europeus, em particular os poderosos alemães, estão em sérias dificuldades com os países socialistas. A renegociação da Polônia, para os alemães, esbarra na má vontade do Governo americano. Por que, então, não devolver na mesma moeda, complicando o caso brasileiro?

Esse tipo de especulação merece pouca credibilidade e, provavelmente, nada tem a ver com a vida real. O fato é que os bancos europeus se consideraram desde o princípio apenas como figuras secundárias no tabuleiro de xadrez armado pelos colegas na praça financeira de Nova Iorque. Mais ainda: os alemães acusam os americanos de tentar resolver os próprios problemas de forte *exposure* (a relação entre capital próprio e dinheiro

emprestado a um país) à custa dos europeus. O mesmo argumento é partilhado pelos suíços. Enquanto a dívida total dos principais países sul-americanos a ser paga a bancos suíços não passa de 50% de seu capital próprio, no caso dos grandes bancos americanos a mesma relação sobe a 155%.

É fácil de entender os motivos que levaram alemães e suíços a assumir o papel dos que dizem *não* na renegociação da dívida brasileira. Nos colegas dos bancos americanos eles enxergam quase que somente os encarregados contratados pelo Governo brasileiro para resolver a própria crise. Além disso, os mesmos banqueiros acham que chegou a hora de *socializar* os riscos, isto é, de atribuir responsabilidade também aos Governos.

Isto foi obtido em parte através dos empréstimos-ponte que o Banco de Compensações Internacionais (uma espécie de banco central dos bancos centrais europeus) concedeu ao Brasil, cujo pagamento de uma das parcelas deveria ter ocorrido na última sexta-feira. Repentinamente, diversos Governos europeus viram-se envolvidos na renegociação da dívida externa brasileira sem, é claro, dispor dos mesmos interesses políticos óbvios que a Administração americana poderia, pelo menos teoricamente, manifestar.

Na considerável confusão criada pela dívida externa brasileira nos mercados internacionais, os banqueiros e financistas gostam de se referir às negociações, manobras ou puros rumores entre banqueiros, Governos e instituições internacionais (o FMI) como um fascinante e sofisticado jogo de pôquer. Na verdade, as manobras de parte a parte se assemelham a um vulgar empurra-empurra, onde cada um só quer assumir a menor responsabilidade possível.

Para os bancos europeus, uma decisão sobre a participação intensa na reestruturação da dívida externa brasileira (agora que os quatro *pacotes* parecem mesmo ter fracassado) depende de um relatório que um comitê de economistas preparará sobre a situação do Brasil. Trata-se, no fundo, de uma análise de risco onde a última decisão é obviamente política — e jamais poderia ser tomada por um grupo de técnico que se dizem desinteressados de problemas desse tipo.

Por sua vez, esse relatório deverá ser apreciado por um grupo de países coordenadores da reestruturação da dívida, mas isto só ocorrerá em concordância com a comissão do FMI que negociava com o Governo brasileiro as condições para soltar as parcelas seguintes dos empréstimos concedidos no começo do ano. Quer dizer, os bancos comerciais, a frente deles os europeus, só pensam em conceder novos créditos ao Brasil desde

que severas imposições econômicas sejam respeitadas, mas o FMI, por seu lado, só quer continuar ajudando se os bancos também concordarem em injetar mais recursos.

Enquanto nenhuma decisão é tomada — pois todos sabem que são grandes os riscos e só podem ser bancados por um Governo poderoso, como o americano — os dirigentes dos bancos centrais europeus, reunidos no BIS, chegam à conclusão unânime (coisa inédita) que não podem se transformar em tapa-buracos. Para o suíço Fritz Leutwiller, presidente do BIS, era quase uma questão de honra pessoal não ser enrolado no caudal da incapacidade brasileira em saldar seus compromissos externos. O BIS (onde a busca de consenso é tão complicada como o delicado jogo monetário entre os europeus) quer devolver aos bancos comerciais a função de cobrir a brecha, mas esses mesmos bancos querem dos próprios Governos maior participação na responsabilidade de não deixar na chuva países como o Brasil.

UM perdedor, na opinião dos europeus (sobretudo dos alemães), já existe: a equipe econômica do Governo brasileiro. Pode ser que a história, daqui algumas décadas, acabe sendo condescendente com Delfim, Langoni e Galvêas. Contudo, dependesse seu julgamento, hoje, apenas dos banqueiros de fino trato com quem assinaram tantos empréstimos nos últimos anos, os três poderiam aposentar-se imediatamente, para formular de maneira delicada a irritação que se acumulou em capitais financeiros como Frankfurt, Londres e Paris, em relação ao desempenho dessas autoridades brasileiras.

Independente do que ocorrer na frente da dívida externa, com ou sem BIS, ou intervenção amiga da Administração americana, o Governo brasileiro parece ter queimado o resto de confiança no cenário internacional. Um desmentido do Ministro da Fazenda surtiu efeito contrário: quando negou que o Brasil fosse pedir moratória, o preço do ouro subiu imediatamente. Quando Delfim Netto foi a Londres para sua sigilosa viagem, banqueiros alemães diziam que cuidava de suas finanças pessoais. Quando Langoni foi a Washington conferenciar com bancos e o Governo americano, os europeus afirmavam ironicamente que pretendia apenas ir ao Disneyworld.

A reputação dos três se equivale, no fundo, a dos construtores de navios, considerados insubmersíveis. Como o *Titanic*.

William Waack é correspondente do JORNAL DO BRASIL em Bonn

